

## Os modernistas portugueses e a Europa: notas de história política e cultural

ERNESTO CASTRO LEAL\*

«A Europa! a Europa! Como ela seria necessária!...»

Mário de Sá-Carneiro (1914)<sup>1</sup>

«A Europa jaz, posta nos cotovelos:  
De Oriente a Ocidente jaz, fitando,  
E toldam-lhe românticos cabelos  
Olhos gregos, lembrando.

O cotovelo esquerdo é recuado;  
O direito é em ângulo disposto.  
Aquele diz Itália onde é pousado;  
Este diz Inglaterra onde, afastado,  
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.

Fita, com olhar esfíngico e fatal,  
O Ocidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal.»

Fernando Pessoa (1928)<sup>2</sup>

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Carta de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa, enviada de Paris e datada de 28 de Julho de 1914, in *Obras de Mário de Sá-Carneiro. Cartas de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa* (edição de Manuela Parreira da Silva), Lisboa, Assírio & Alvim, 2001, p. 134.

O objectivo deste artigo visa contribuir para o esclarecimento histórico-cultural das posições sobre a Europa, que vários modernistas exprimiram, fundamentalmente dentro do contexto da Primeira Grande Guerra, mas também se recolhe opiniões manifestadas no pós-guerra. Não obstante muitos dos textos terem uma função estética dominante, quer individual quer colectiva, divisa-se preocupações sociológicas com o rumo da vida portuguesa e com a evolução europeia e as suas incertezas.

A espessura temporal compreendida pelos anos de 1915 (o ano de *Orpheu*) a 1935 (o ano de *Sudoeste*) define o momento que foi sujeito a observação crítica, época marcada pelo ressurgimento dos nacionalismos europeus e pelo jogo de poderes hegemónicos entre Estados-nações e Impérios, no interior dos quais, seguindo Fernand Braudel, se manifestavam «unidades violentas», condenadas ao fracasso, pois a «violência nunca bastou a ninguém para tomar toda a casa europeia»<sup>3</sup>.

## 1. As circunstâncias da Grande Guerra

O proeminente republicano Francisco Manuel Homem Cristo, que estivera já envolvido na agitação pública contra o «Ultimato» inglês de 1890, exprimiu em 1916 o ambiente político e moral de largo segmento da elite portuguesa e do cidadão comum: «A *união nacional* é uma palavra vã. Nem os republicanos se unem, quanto mais republicanos com socialistas, católicos, livre-pensadores e monárquicos [...]. Não há patriotismo. O que há é uma imensa hipocrisia [...]. O carácter português, que vem enfraquecendo há séculos, está hoje dissolvido [...]»<sup>4</sup>.

A definição da posição oficial portuguesa perante a Grande Guerra esteve marcada pela Aliança Inglesa, várias vezes renovada (a última das quais pelo Tratado secreto de Windsor de Outubro de 1899), e, por conseguinte, pendeu para o lado da *Triple Entente*. Mas sobre a modalidade prática da participação de Portugal no conflito, não houve acordo nas várias áreas políticas com capacidade de acesso ao poder.

Genericamente, pode afirmar-se que, no Partido Republicano Português, havia o grupo maioritário intervencionista de Afonso Costa, no Partido Republicano Evolucionista, o grupo maioritário intervencionista de António

<sup>2</sup> Fernando Pessoa, «Brasão. I- Os Campos. O dos Castelos» (8 de Dezembro de 1928), in *Obras Completas de Fernando Pessoa*, vol. V, *Mensagem*, 13ª ed., Lisboa, Edições Ática, 1979, p. 21.

<sup>3</sup> Fernand Braudel, *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989, p. 383.

<sup>4</sup> Homem Cristo, *Portugal na Guerra*, Aveiro, s.n., 1917, p. 13 (artigo publicado em *O de Aveiro*, em 1916).

José de Almeida, e na União Republicana, a consideração exposta por Manuel de Brito Camacho (e partilhada por Sidónio Pais, então ministro de Portugal em Berlim) de que o intervencionismo, a dar-se, só se justificaria em África, para a defesa das colónias ameaçadas pelos Alemães, ou então, quando a Inglaterra o solicitasse expressamente.

Na Declaração governamental de 7 de Agosto de 1914, o presidente do Ministério, Bernardino Machado, enunciou perante o Congresso da República a firme vontade de Portugal respeitar a Aliança Inglesa, pondo de lado qualquer postura de neutralidade, o que não significou um intervencionismo imediato, até porque o Governo inglês o não desejava. Assim, na Proposta de Lei que Bernardino Machado apresentou ao Congresso da República, em 23 de Novembro de 1914, que foi aprovada, da posição oficial portuguesa, acordada com as autoridades inglesas, constava que o poder executivo era «autorizado a intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra [...]»<sup>5</sup>.

Entretanto, vários contingentes de militares portugueses já combatiam em África, tendo até sofrido, em Moçambique e em Angola, fortes baixas provocadas por Alemães, destacando-se o ataque ao Posto de Mazina (Moçambique), a 25 de Agosto de 1914, o torpedeamento do draga-minas «Augusto de Castilho» (com a morte do seu comandante, tenente José Botelho de Carvalho Araújo), a 14 de Outubro de 1914, e a sangrenta derrota em Naulila (Angola), a 18 de Dezembro de 1914.

A propaganda republicana para impor o intervencionismo imediato desenvolveu-se a seguir à Declaração governamental de Bernardino Machado, fazendo uso de várias formas de agitação (artigos de imprensa, discursos, opúsculos ou manifestações), sem no entanto conseguir uma ampla mobilização nacional – como a que ocorrera por exemplo nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1890 contra o «Ultimato» inglês –, confinando-se essencialmente às cidades de Lisboa e do Porto. No entanto, notabilizaram-se os jornais *O Mundo* (órgão dos democráticos) e a *República* (órgão dos evolucionistas), em Lisboa, e o jor-

---

<sup>5</sup> Para a narrativa oficial da evolução da posição portuguesa, cf. *Palavras Claras. Razões da intervenção militar de Portugal na guerra europeia. Relatório. (Publicado no «Diário do Governo» nº 9, 1ª série, de 17 de Janeiro de 1917)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917. Para uma síntese historiográfica geral, cf. *Portugal na Grande Guerra* ( direcção do general Ferreiro Martins), 2 vols., Lisboa, Editorial Ática, 1934-1938; Luís Manuel Alves de Fraga, *Portugal e a Primeira Grande Guerra - os objectivos políticos e o esboço da estratégia nacional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1990; Vitorino Magalhães Godinho, «A I Grande Guerra e a República Portuguesa», *História*, ano XXII (III Série), nº 28, Setembro, Lisboa, 2000, pp. 10-21; *Portugal na Grande Guerra* (coordenação de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, «Diário de Notícias», 2003.

nal *O Norte* (diário democrático, dirigido por Jaime Cortesão), no Porto, e, quanto às manifestações de rua, as mais importantes ocorreram em Lisboa, a 7 de Agosto de 1914, a 12 de Março de 1916 e a 28 de Janeiro de 1917.

No campo da propaganda republicana intervencionista surgiram, nesse ano de 1916, três importantes ocorrências literárias. A primeira foi o número especial da revista portuense *A Águia*, dedicado ao tema «Portugal e a Guerra», cujo destinatário era o escol intelectual, e reuniu artigos de opinião e poemas de vasto sector das Letras, a maioria deles de matriz republicana, como, por exemplo, Teixeira de Pascoaes, Teófilo Braga, Raul Proença, Jaime Cortesão, João de Barros, Leonardo Coimbra ou Augusto Casimiro<sup>6</sup>. A segunda exprimiu-se no estudo *O Conflito Internacional sob o ponto de vista português*, de José de Macedo, direccionado para o escol político, económico e académico<sup>7</sup>. Finalmente, a terceira foi a *Cartilha do Povo*, de Jaime Cortesão, consagrada ao incitamento patriótico intervencionista dos soldados, da qual o Ministério da Guerra adquiriria 100000 exemplares<sup>8</sup>.

Dentro da área republicana, a campanha contra os intervencionistas radicais – chamados de «empresários da guerra» por Manuel de Brito Camacho – teve neste caudilho da União Republicana o mais persistente publicista, que se exprimia no jornal *A Lucta*<sup>9</sup>; por sua vez, João Chagas, então ministro de Portugal em Paris, era o maior demolidor crítico de Camacho<sup>10</sup>.

Quanto aos monárquicos, divididos entre constitucionalistas, legitimistas e integralistas, as suas posições eram muito variadas, salientando-se basicamente três grupos: os anti-intervencionistas do jornal *O Dia* argumentavam com o risco eminente do «perigo espanhol»<sup>11</sup>; os intervencionistas cautelosos liderados por Aires de Ornelas, lugar-tenente do Rei exilado, mostravam simpatia pelos

<sup>6</sup> *A Águia*, nº 52-53-54, Abril-Maio-Junho, Porto, 1916 («Portugal e a Guerra»).

<sup>7</sup> José de Macedo, *O Conflito Internacional sob o ponto de vista português. Estudo político e económico*, Porto, Edição da «Renascença Portuguesa», 1916. O então Professor de Ciência Económica na Escola de Construções de Lisboa considerava aí que «a nossa intervenção na guerra é uma obra de defesa nacional [...]» (p. 411).

<sup>8</sup> [Jaime Cortesão], *Cartilha do Povo. 1º Encontro. Portugal e a Guerra*, Porto, Edição da «Renascença Portuguesa», 1916.

<sup>9</sup> Brito Camacho, *Portugal na Guerra*, Lisboa, Guimarães & Cª Editora, s.d. [1936]; reúne textos publicados em *A Lucta*, entre 1914 e 1920.

<sup>10</sup> João Chagas, *Portugal perante a Guerra. Subsídios para uma página da História Nacional*, Porto, s.n., 1915.

<sup>11</sup> Um eminente monárquico constitucionalista não acreditava muito: «[...]o perigo espanhol não [é] uma fatalidade da política peninsular, mas apenas uma possibilidade [...]» - cf. Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, Porto, Magalhães & Moniz Lda.-Editores, 1916, p. 29.

Inglêses<sup>12</sup>; os germanófilos (pelo menos até Março de 1916) da revista *Nação Portuguesa* (em particular através de artigos de António Sardinha, Luís Cabral de Moncada, Vasco de Carvalho e Alfredo Pimenta), Agostinho de Campos<sup>13</sup> ou José Lobo de Ávila Lima<sup>14</sup>.

No agitado e dividido campo anarquista, mas com capacidade de influência social, assistiu-se também a uma polarização, sendo exemplo a que opôs os pacifistas do jornal *A Aurora*, do Porto, seguidores de Errico Malatesta, aos intervencionistas do jornal *Germinal*, de Lisboa, que adoptavam as posições de Piotr Kropotkine<sup>15</sup>. Do mesmo modo se dividiu o campo socialista, entre os que admitiam a intervenção, como José Fernandes Alves e o jornal *O Combate* (órgão oficial do Partido Socialista Português), e os não-intervencionistas, como Manuel José da Silva (director do jornal *A Voz do Povo*, órgão do Partido Socialista do Norte de Portugal), acabando o Conselho Central do Partido Socialista Português por se vincular à causa da *Triple Entente*<sup>16</sup>.

A consagração governamental do intervencionismo guerrista europeu foi ganhando crescente audiência após a revolução de 14 de Maio de 1915 e, a partir do momento em que a guerra submarina trouxe o Oceano Atlântico para uma posição geopolítica fundamental, Portugal, pelas posições que aí tinha (ampla costa e ilhas atlânticas, em particular os Açores), viu-se colocado no centro do poderoso «confronto de hegemonias», tornando a sua participação indispensável para a Inglaterra<sup>17</sup>.

Após a declaração de guerra alemã a Portugal, em 9 de Março de 1916, as autoridades portuguesas prepararam rapidamente a participação militar no

<sup>12</sup> Aires de Ornelas, *O Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Porto, Livraria Magalhães & Moniz, Editora, 1918 (artigos publicados em 1916 e 1917). Sobre a pendência intervencionismo/não-intervencionismo, afirmou nessa obra Ornelas: «Dominou [...] o Governo [...] uma verdadeira *hipnose europeia*: por todas as formas e feitios procurava levar o país a combater na frente francesa [...]. A neutralidade portuguesa era impossível [...]. Mas assume a beligerância formas muito diversas [...]» (pp. 19 e 33).

<sup>13</sup> Agostinho de Campos, *Comentário leve da Grande Guerra. III- Portugal em campanha*, Paris-Lisboa, Porto e Rio de Janeiro, Livrarias Aillaud & Bertrand, Chardron e Francisco Alves, 1921 (artigos publicados entre 1914 e 1918).

<sup>14</sup> Lobo de Ávila Lima, *Portugal e a Guerra das Nações*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, 1915.

<sup>15</sup> Maria Manuela Lima Santos e Olga Maria Vasco Ribeiro, «*A Aurora* e o antiguerrismo (1914-1918)», *Portugal na Grande Guerra. «Guerristas» e «Antiguerristas». Estudos e Documentos* (apresentação de João Medina), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, pp. 71-103; António Ventura, «Guerristas» e «Antiguerristas», *ibidem*, pp. 107-125.

<sup>16</sup> Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 119-131.

<sup>17</sup> Jorge Borges de Macedo, *Portugal-Europa, para além da circunstância*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 100-101.

palco continental de guerra. Apesar de algumas críticas à falta de preparação militar dos soldados, às deficientes chefias indicadas (em particular as dos contingentes para Moçambique) ou à escassez de recursos financeiros do Estado para suportar o esforço de Guerra, o certo é que a necessidade de intervenção portuguesa na área europeia continental se generalizou na opinião pública.

Alguns «germanófilos» moderados, como Agostinho de Campos, logo a seguir à declaração alemã de guerra a Portugal, indignaram-se e convergiram com a posição oficial: «A Nota entregue pelo barão de Rosen, ministro da Alemanha em Lisboa, à Chancelaria portuguesa, [...] contém inexactidões e ofensas que eram inúteis [...]. A maior ofensa [...] foi o dizer que nos consideramos vassallos da Inglaterra [...]. Com aquela ofensa somou e soldou a Alemanha, em Portugal, o patriotismo cego e o patriotismo de olhos abertos. A um cegou-o contra ela, ofendendo-nos. A outro abriu mais os olhos, desmanchando-se»<sup>18</sup>.

Alcançou significado especial o comício republicano intervencionista de iniciativa do Ministério da «União Sagrada», realizado diante do Mosteiro de Nossa Senhora da Vitória, na Batalha, a 24 de Agosto de 1916. Presidido por António José de Almeida, Presidente do Ministério, que encerrou o referido «comício patriótico», aí discursaram, entre outros, Afonso Costa (ministro das Finanças), José Norton de Matos (ministro da Guerra), Manuel Maria Coelho, Alexandre Braga e Luís Simões Raposo.

No discurso de encerramento, António José de Almeida desenvolveu uma oratória perpassada por um fundo de messianismo guerreiro e popular, de redentorismo prometaico, como no instante discursivo em que referiu que naquele «maravilhoso templo se inscreveu com a ponta ensanguentada da espada o primeiro registo civil da independência de Portugal», ou quando advertia que o «Cristo que se venera naquela igreja não é só o Cristo dos católicos, mas também o Cristo companheiro e irmão de Nuno Álvares», ou ainda quando terminou, deste modo: «Oh! Pátria! Oh! Pátria amada de Portugal! Perdoai se as minhas forças não me deixam sacrificar mais por ti»<sup>19</sup>.

Com razão classificou Brito Camacho o biénio de 1914-1916 como um «período de vida infernal»<sup>20</sup>, marcado, entre outras circunstâncias, pelo debate entre guerristas e não-guerristas, pelo protesto popular contra a carestia de vida, pelo confronto político-ideológico entre republicanos radicais e moderados ou entre republicanos e monárquicos, acompanhado de vários movimentos revolucionários (sublevação

<sup>18</sup> Agostinho de Campos, *Comentário leve da Grande Guerra...*, pp. 126 e 128.

<sup>19</sup> *O Século*, Lisboa, trigésimo sexto ano, nº 12471, 25 de Agosto de 1916, pp. 1-2.

<sup>20</sup> Brito Camacho, *Portugal na Guerra...*, p. 13.

<sup>21</sup> Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra...*, p. 8.

monárquica de 20 de Outubro de 1914, revolução republicana de 14 de Maio de 1915, sublevação republicana de Machado Santos de 13 de Dezembro de 1916).

Se alargarmos o espaço temporal por mais dois anos, subsiste a mesma característica «infernai»: partida de contingentes para a frente europeia, «aparições de Fátima», continuação dos tumultos contra a carestia de vida, greves operárias (destaque para os ferroviários) e greves académicas, revolução de 5 de Dezembro de 1917, assassinato de Sidónio Pais, preparação da insurreição monárquica de Janeiro de 1919.

O monárquico constitucionalista Luís de Magalhães, em 1915, ao reflectir sobre o esboroamento do «sonho pacifista» europeu, deixou-nos uma observação fundamental para surpreendermos um importante denominador comum (porventura, o mais significativo) entre os três mais dinâmicos nacionalismos portugueses do primeiro pós-Guerra (nacionalismo liberal republicano, nacionalismo monárquico integral e nacionalismo autoritário republicano): «A espada, o símbolo do Heroísmo, reluz outra vez ao sol, num lampejo de glória [...]»<sup>21</sup>.

As circunstâncias da Primeira Grande Guerra permitiram o reforço de dois conteúdos políticos fundamentais dos nacionalismos contemporâneos portugueses: a imagem de *Nação imperial* e o mito do *Estado forte*, circunstâncias que já se tinham patenteadas aquando da resposta à crise provocada pelo «Ultimato» inglês de 1890, desenvolvendo-se no pós-guerra os vários nacionalismos políticos e culturais<sup>22</sup>.

## 2. As posições públicas de Sá-Carneiro, Ferro, Almada e Pessoa

Os jovens escritores e artistas modernistas, seduzidos alguns pela vanguarda futurista<sup>23</sup> e invocando ora o nacionalismo ora o cosmopolitismo, expuseram também posições não coincidentes sobre a Europa, a Primeira Grande Guerra e a posição de Portugal<sup>24</sup>, notando-se entre eles uma mudança de argumentos ao

<sup>22</sup> Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

<sup>23</sup> António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 10ª ed., Porto, Porto Editora Lda., 1978, pp. 1097-1108; Fernando Guimarães, *Simbolismo, Modernismo e Vanguardas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982; Dionísio Vila Maior, *Introdução ao Modernismo*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

<sup>24</sup> Para uma visão global, cf. Martim de Albuquerque, «Primeiro Ensaio sobre a História da 'Ideia de Europa' no Pensamento Português», *Estudos de Cultura Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 249-350; Idem, «Portugal e a Consciência da 'Europa'», *Oceanos*, nº 16, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1993, pp. 13-23; Maria Manuela Tavares Ribeiro, «A Europa dos Intelectuais nos alvares do século XX», *Estudos do Século XX*, nº 2, Coimbra, Quarteto Editora, 2002, pp. 109-133.

longo do conflito militar europeu, desde o guerrismo ao pacifismo, mantendo uma irreverência iconoclasta.

De Paris, Mário de Sá-Carneiro escreve a Fernando Pessoa, no dia 1 de Agosto de 1914, dando conta do seu sentimento perante início da Grande Guerra, que se traduzirá, em França, numa grande operação de mobilização geral a partir desse dia:

«Escrevo-lhe numa hora horrível – meu querido Amigo. Para o mundo – para a Europa – e mesmo, pessoalmente, para mim: para nós todos... O que se irá passar? Ninguém o sabe. Mas neste momento a guerra parece inevitável. Toda a Europa em armas – lê-se nas manchetes [...]. Por mim estou ansioso e desoladíssimo neste momento [...]. Estou muito triste! De resto, embora os perigos, eu gostaria de viver esta guerra da Europa em Paris [...]. Curiosíssima a atmosfera de Paris entre estes acontecimentos. Toda a gente passa na rua, sombria, preocupada: e a mesma compreensão do perigo todos sobressalta [...]»<sup>25</sup>.

Ainda em Paris, pois em Setembro desse ano já está em Lisboa a preparar o lançamento de *Orpheu*, Sá-Carneiro, noutra carta para Pessoa, de 6 de Agosto, torna a comunicar a sua tristeza e angústia perante a falta de vida cosmopolita do seu «Paris de Europa», motivada pela guerra:

«Estou muito triste. Desoladora e comovidamente triste. É uma tristeza de silêncio, macerada a tons platina – duma parte; e doutra: um arrepio de angústia, um não-querer apaixonado [...]. Estou horrivelmente desgçado de alma – num nervosismo constante, vibrante e aniquilador. Horas de inquietação zigzagueante as que vivo – mas de inquietação de mim próprio. Entanto talvez de mim próprio: *como um pedaço de Europa* [...]»<sup>26</sup>.

Novamente em Paris, a 17 de Julho de 1915 escreve a Fernando Pessoa, dando conta do seu entusiasmo por aí se encontrar – «Ah! Uma glória – outra glória – outra maravilha» -, e considera que, apesar de não ser uma «Cidade em plena paz», era a mesma cidade, «mas em febre amortecida», distante das suas cidades ideais: «[...] as cidades da minha ânsia e dos meus livros – rútilas de

<sup>25</sup> Carta de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa, enviada de Paris e datada de 1 de Agosto de 1914, in *Obras de Mário de Sá-Carneiro. Cartas de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa...*, pp. 134-135

<sup>26</sup> Carta de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa, enviada de Paris e datada de 6 de Agosto de 1914, in *Obras de Mário de Sá-Carneiro. Cartas de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa...*, pp. 136-137.

<sup>27</sup> Carta de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa, enviada de Paris e datada de 17 de Julho de 1915, in *Obras de Mário de Sá-Carneiro. Cartas de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa...*, p. 175.

Europa, largas, peçadas de trânsito e movimentos – rendez-vous cosmopolitas, farfalhantes de acção [...]»<sup>27</sup>.

António Ferro, editor dos dois números da revista *Orpheu* em 1915 e um dos fundadores da revista *Exílio* em 1916, no poema «Passo de Marcha», publicado em 4 de Janeiro de 1915, na revista *Ilustração Portuguesa*, exprimiu então um inequívoco sentimento intervencionista de recorte messiânico e redentorista:

«Portugueses, ide à guerra:  
Peito firme, olhar leal...  
Deixem lá as suas vidas,  
Tragam vida a Portugal!

Sangue de heróis tinge a relva  
Onde há ramos de oliveira...  
Sangue e relva... Portugueses,  
Já lá está a nossa bandeira!»<sup>28</sup>.

Ferro perfilha aqui uma atitude política consonante com as posições do Partido Republicano Português, provavelmente por influência do seu amigo, o *democrático* Alfredo Guisado<sup>29</sup>, membro do grupo da revista *Orpheu* e filho do proprietário galego do restaurante Irmãos Unidos, no Rossio, onde esses escritores e artistas se reuniam.

Por sua vez, Almada Negreiros mostrou um radical antimilitarismo no poema «A Cena do Ódio», datado de 14 de Maio de 1915 – dia de uma das mais sangrentas revoluções portuguesas, com palco central em Lisboa –, mas só publicado em 1923, apesar de ter tido provas de página para *Orpheu* 3:

«Despe-te da farda,  
desenfia-te da Impostura, e põe-te nu, ao léu  
que ficas desempregado! [...].  
Põe de parte a guilhotina,  
dá férias ao garrote!  
Não dês língua aos teus canhões,  
nem ecos às pistolas,  
nem vozes às espingardas!

<sup>28</sup> *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, nº 463, 4 de Janeiro de 1915, p. 8; *apud* Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço político e imaginário social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 193.

- São coisas fora de moda! [...]  
 (Há tanta coisa que fazer, Meu Deus!  
 e esta gente distraída em guerras! [...])<sup>30</sup>.

Através de fragmentos literários para um livro sobre a natureza da Grande Guerra e a posição portuguesa, inéditos na época e escritos muito provavelmente em 1916, Fernando Pessoa exprimiu uma forte simpatia para com o critério civilizacional alemão – em oposição ao critério civilizacional de raiz inglesa ou francesa – e afirmou:

«A guerra actual é uma guerra entre dois princípios sociológicos, entre dois critérios de civilização [...]. O princípio representado pela Alemanha resume-se em poucas palavras. É este: *A Pátria está acima da Civilização* [...]. Uma coisa depende da outra, é pela criação de pátrias fortes e grandes que uma civilização grande se cria [...]. A coisa que mais urgentemente se impõe hoje em Portugal é a construção de um imperialismo português [...]. Para isso, a meu ver, nada pode ter tão férteis resultados como uma aliança espiritual com a Alemanha [...]<sup>31</sup>.

No «Ultimatum futurista às gerações portuguesas do Século XX», datado de Dezembro de 1917 e publicado na revista *Portugal Futurista*, Almada Negreiros fazia apelos guerristas à mocidade, contrariando o que escrevera em 1915, mas não se esqueça que, em Março de 1916, o Império Alemão declarou guerra a Portugal:

«Eu não pertenço a nenhuma das gerações revolucionárias. Eu pertenço a uma geração construtiva [...].

Ide buscar na guerra da Europa toda a força da nossa nova pátria. No *front* está concentrada toda a Europa, portanto a Civilização actual.

A guerra serve para mostrar os fortes mas salva os fracos.

A guerra não é apenas a data histórica de uma nacionalidade; a guerra resolve plenamente toda a expressão de vida. *A guerra é a grande experiência.*

A guerra intensifica os instintos e as vontades e faz gritar o Génio pelo contraste dos incompletos [...]<sup>32</sup>.

<sup>29</sup> Alfredo Pedro Guisado (1891-1975) usou o nome literário de Pedro de Meneses e foi vereador do Partido Republicano Português na Câmara Municipal de Lisboa, entre 1923 e 1926.

<sup>30</sup> *Orpheu*, vol. I, nº 3, Lisboa, 1917, [provas de página], pp. 193-210; 2ª ed. facsimilada, Lisboa, Contexto Editora, 1994.

<sup>31</sup> *Obras Completas de Fernando Pessoa. Ultimatum e Páginas de Sociologia Política* (recolha de textos: Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão; introdução e organização: Joel Serrão), Lisboa, Ática, 1980, pp. 223-232 [«A Guerra Alemã»].

<sup>32</sup> *Portugal Futurista*, nº 1, Lisboa, 1917, pp. 36-38; 3ª ed. facsimilada, Lisboa, Contexto Editora, 1984.

Pelo contrário, Álvaro de Campos, heterónimo de Fernando Pessoa, expôs no seu «Ultimatum», também publicado em 1917, na mesma revista *Portugal Futurista*, um agressivo antiguerrismo, visto preocupar-se com a formulação de uma nova atitude civilizacional portuguesa, privilegiando mais a cultura do que a política:

«Mandado de despejo aos mandarins da Europa! Fóra [...].

Lixo guerreiro-palavroso! Esterco Joffre-Hindenburgesco! Sentina europeia de Os Mesmos em cisão balofa!

Quem acredita neles? [...]

Mandem isso tudo para casa descascar batatas simbólicas! [...]

A Europa quer a Grande Ideia que esteja por dentro destes Homens Fortes [...].

Ergo-me ante o sol que desce, e a sombra do meu Desprezo anoitece em vós!

Eu, ao menos, sou bastante para indicar o Caminho! [...]»<sup>33</sup>.

Do mesmo modo, Fernando Pessoa, nas «Quadras do Cego Bandarrista», posteriores a 1918, continuou a dar voz ao sentimento contrário à participação portuguesa na frente europeia de guerra, anteriormente manifestado, criticando os intervencionistas Afonso Costa, Leotte do Rego e João Chagas:

«Vendidos à Inglaterra

Caixeiros da França vil,

Meteram a gente na guerra

Como num cesto aos mil. [...]

Anda o povo a passar fome

E quem o mandou para a França

Não tem barriga para o que come

Nem mãos para o que alcança.

Metade foi para a guerra,

Metade morreu de fome.

Quem morre, cobre-o a terra.

Quem se afoga, o mar o some [...]»<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> *Portugal Futurista*..., nº 1, pp. 30-34.

<sup>34</sup> *Pessoa Inédito* (coordenação de Teresa Rita Lopes), Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 353; ortografia actualizada.

Após a Primeira Grande Guerra, que foi uma verdadeira guerra civil europeia, seguiu-se um período de tensão entre a crença europeísta reconstrutora, em parte depositada na Sociedade das Nações, e as descrenças nacionais, em particular na Europa do Sul e na Europa Central, perante a profunda crise económica, social, política e moral do pós-guerra, que conduziriam à deriva autoritária antiliberal e antidemocrática dos loucos anos 20.

É neste ambiente psicológico de tragicidade nacional, por vezes hiperbolizado ao serviço de novas finalidades políticas, que António Ferro, marcado também intensamente pelo assassinato do Presidente da República, Sidónio Pais, mostrava a Europa como uma feira «turbulenta, exótica, colorida», onde Portugal, «este tosco Portugal, leviano, quebradiço, que parece talhado numa caixa de charutos, este bom Portugal, que na feira da Europa», tanto podia ser um teatrinho de fantoches como uma barraca de Pim-Pam-Pum, assim nos comunicou no texto «Na feira da Europa», em 1919:

«Atiradores decididos, ao balcão da barraca, exercitam a pontaria, pegam nas bolas, repletas de serradura, volumosas com escândalos, olham, um momento, os bonecos... atiram-lhes, por fim. Sérios, graves, burlescos, os títeres desorientados, vacilam, hesitam, procuram segurar-se, resistem à primeira, à segunda, à terceira bolada, tombam, por fim, espapaçados, esmagados, inutilizados pela violência da pancada... Nunca mais se levantam, pensam, ao retirarem-se, aqueles que os derrubaram...

A dona da barraca, porém, a D. Política, à falta de melhores bonecos para continuar o negócio, levanta, carinhosamente, os títeres destruídos, compõe-os, arranja-os, disfarça-lhes os buracos, os rasgões...[...]»<sup>35</sup>.

Mais uma vez, António Ferro, agora no texto «O Carnaval da Europa», também de 1919, continua a mostrar o contraponto de um Portugal que «teima em se vestir de luto», persistindo «na sua dor, a carpir-se, a chorar-se, num inverno desabalado de desgraça», com o resto da Europa que «vive o carnaval da História»:

«Hasteiam-se bandeiras, ouvem-se hinos... No arco-íris dos estandartes, no vivo dos uniformes, no gelo das espadas, nas *toilettes* cruas das mulheres, vai um serpentinar de cores, um espalhar de *confetti*, uma parada de máscaras, numa época de seda. Após a guerra das trincheiras, subterrânea, trágica, soturna, uma batalha de flores, endoidecida, ruidosa, apoteótica...

<sup>35</sup> *O Jornal*, Lisboa, ano I, nº 54, 23 de Setembro de 1919, p. 1; *apud* Ernesto Castro Leal, *António Ferro...*, pp. 211-214.

Por toda a parte, nesta cidade cosmopolita do mundo que é a Europa, na catedral da Bélgica, no coliseu da Itália, no Fórum da Inglaterra, na caserna da Alemanha, na ópera cómica da Áustria, no Teatro das Variedades que é a França, na própria choupana da Sérvia, o sol é uma rosa a desfolhar-se, a alegria da Paz é uma água, lá no alto [...]»<sup>36</sup>.

As reflexões de Almada Negreiros sobre a Europa aprofundam-se em 1935, o ano da morte de Fernando Pessoa, com a edição de dois cadernos e uma revista *Sudoeste* (i.e., Portugal), num contexto europeu de perigosas tentações expansionistas do fascismo italiano e do nazismo alemão. Escreverá Fernando Pessoa que «Mussolini et Hitler s'en tiennent à l'absolue banalité de leurs idées», enquanto Salazar «veut avoir des idées et c'est là qu'il se perd dans la bêtise et la contradiction»<sup>37</sup>.

No texto «Portugal no mapa da Europa», publicado no nº1 do caderno *Sudoeste*, Almada concebe a civilização portuguesa como pertencente a uma nacionalidade política independente mas integrada em patamares civilizacionais superiores, recusando portanto uma exclusividade nacionalista:

«O mapa tem a sua erudição própria. Através do mapa político do mundo cada povo tem a sua expressão própria no seu respectivo lugar. [...] uma nacionalidade necessita de abranger no seu conjunto único a maior diversidade de caracteres humanos, respectivamente ao seu carácter comum e deduzido de entre todos; e sem o que não será possível nenhuma espécie de unidade colectiva, nacional ou política que contenha em si mesma a própria essência da vitalidade e da perpetuidade [...]. Portugal, a civilização portuguesa, depende das civilizações ibérica, greco-latina, ocidental-europeia, europeia e universal [...]»<sup>38</sup>.

Quanto ao espiritualismo europeu, Almada afirma em «Prometeu. Ensaio espiritual da Europa», saído no mesmo número de *Sudoeste*, que na Europa tinha nascido o mitológico, enquanto que na África nascera o feitiço e na Ásia o religioso. Afirmando ser a mitologia o «mundo do espírito com a prevalência do humano», conclui que Prometeu, «personagem da tragédia grega», representava o «primeiro protagonista do humano», em ruptura com o divino, e que Jesus Cristo, por sua vez, representava a dupla dimensão de divino e de humano em perfeita harmonia, que a Catedral da Idade Média consubstanciava, concluindo pela raiz grega e cristã da civilização europeia:

<sup>36</sup> *O Jornal*, Lisboa, ano I, nº 103, 12 de Novembro de 1919, p. 1; apud Ernesto Castro Leal, *António Ferro...*, pp. 229-231.

<sup>37</sup> *Pessoa Inédito...*, p. 371.

<sup>38</sup> *Sudoeste*, nº 1, Lisboa, 1935, p. 3; edição facsimilada, Lisboa, Contexto Editora, 1982.

«Prometeu e Jesus Cristo são fundamentais no nascimento e vida da Europa. Jesus, oriundo da Ásia, é o portador da expressão do seu continente: o religioso [...]. Prometeu, personagem da Grécia Antiga, o berço genuíno da Europa, descobriu ou preparou a maior descoberta humana: o humano [...]. Prometeu é o universal pelo conhecimento. Jesus Cristo é o universal pela fé. Jesus Cristo ganhou a Europa pela fé, mas a Europa também não renega Prometeu [...].

O Enigma da Europa?!

Sim, o enigma da Europa.

A Europa tem sobretudo o sentido unanimista da vida [...].<sup>39</sup>

Toda essa reflexão de Almada sobre o «princípio espiritual» europeu caminha para uma afirmação europeísta clara, do Oceano Atlântico aos Montes Urales, que se encontra no ensaio «Mística colectiva», publicado também no nº 1 dos seus cadernos:

«Afinal, na Europa, não há senão casos particulares de europeus: o caso russo, o caso alemão, o caso inglês, o caso francês, o caso português, o caso espanhol, etc. Os diversos e determinados casos da Europa. Os diversos, determinados e legítimos casos da Europa [...].<sup>40</sup>

O contexto geopolítico do ano seguinte orientaria a balança europeia de poderes para uma guerra progressivamente generalizada ao serviço da tecnologia da morte e não para a paz perpétua ao serviço do bem comum e da apologia da vida.

---

<sup>39</sup> *Sudoeste...*, nº 1, pp. 17 e 19.

<sup>40</sup> *Sudoeste...*, nº 1, p. 31.